



Solicita realização de Audiência Pública para debater o tratamento privilegiado concedido dentro do Centro de Progressão Penitenciária em Brasília aos condenados do mensalão.

Nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, e dos arts. 24, VII, 255 a 258, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, sejam convidados a comparecer a esta Comissão, em Audiência Pública a realizar-se em data a ser agendada, os Srs. Afonso Emílio Alvares Dourado – Diretor do Centro de Progressão Penitenciária de Brasília, Emerson Antônio Bernardes – Vice-diretor do Centro de Progressão Penitenciária de Brasília, e Antônio Carlos Moreira da Silva - Gerente do Centro de Progressão Penitenciária de Brasília, a fim de esclarecer os privilégios concedidos dentro do Centro de Progressão Penitenciária em Brasília aos condenados do mensalão.

Desde a prisão dos condenados do mensalão no complexo penitenciário da Papuda em Brasília, vários questionamentos foram feitos referentes às condições privilegiadas oferecidas aos condenados, tais como, instalações, visitas e comidas diferenciadas à disposição dos mesmos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Ministério Público, diante das denúncias, tem cobrado explicações dos diretores do CPP (Centro de progressão penitenciária) e providências do Governo Distrital para acabar com as regalias dos presos do mensalão.

O vice-diretor do CPP, Sr. Emerson Antônio Bernardes, segundo jornal “O Globo”, foi exonerado após coibir regalias a políticos presos e o diretor, Sr. Afonso Emílio Alvares Dourado, avisou que deixaria o comando do Centro de Progressão Penitenciária, após o Ministério Público fazer questionamentos e exigir providências do Governador Distrital.

Ainda segundo reportagem veiculada pelo jornal “O Globo” e pela “Folha de S.Paulo”, na data de 10/03/2014, o CPP estaria sofrendo uma ingerência política por parte do Sr. Antônio Carlos Moreira da Silva- Gerente do Centro de Progressão Penitenciário. Antônio Carlos é cunhado do deputado distrital, o petista Cláudio de Abrantes e ocupa cargo comissionado.

A Vara de Execuções Penais (VEP) do Distrito Federal determinou que 800 presos que deveriam cumprir pena em regime semiaberto, e estão sob as regras do regime fechado, tenham o mesmo tratamento dado aos réus do mensalão, que ocupam vagas em alas especiais nos espaços mais seguros do sistema prisional. A determinação prevê que eles devem ser reacomodados em um prazo de 180 dias.

Cabe destacar os diversos problemas dos presídios brasileiros e que são alvos constantes de denúncias por parte de organismos internacionais, como péssimas condições estruturais, superlotação, difícil acesso à justiça, falta de infraestrutura, nenhum investimento em tecnologias visando combater a atuação do Crime Organizado, entre outros.

No fim do ano passado, um relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) alertou para a precariedade no sistema prisional do Maranhão, com 60 casos de assassinatos de detentos motivados por disputas entre facções dentro das cadeias. Em 2014 a violência chegou às ruas de São Luís, com ônibus incendiados e atentados em delegacias como resposta de detentos à ação policial nas cadeias do Estado.

O presente requerimento de Audiência Pública tem como objetivo esclarecer os fatos narrados pela imprensa e questionados pelo Ministério Público do Distrito Federal, tendo em



CÂMARA DOS DEPUTADOS

vista a situação caótica vivida nos presídios brasileiros e diante de tantos fatos que cercam o tema, não nos parece decente que privilégios e regalias sejam concedidos aos condenados no esquema do mensalão, tendo suas prisões politizadas em detrimento da maioria carcerária.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Efraim Filho
Deputado Federal/PB